



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CENTRO DE PROCESSOS SELETIVOS



CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS
TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 72/2015-UFPA, DE 11 DE MAIO DE 2015

NÍVEL E
PEDAGOGO

16 de agosto de 2015

Nome: _____ N.º de Inscrição: _____

BOLETIM DE QUESTÕES

LEIA COM MUITA ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES SEGUINTE.

- 1 Este BOLETIM DE QUESTÕES contém 50 QUESTÕES OBJETIVAS, sendo 10 de Língua Portuguesa, 10 de Legislação, e 30 de Conhecimentos Específicos. Cada questão objetiva apresenta cinco alternativas, identificadas com as letras **(A)**, **(B)**, **(C)**, **(D)** e **(E)**, das quais apenas uma é correta.
- 2 Confira se, além deste BOLETIM DE QUESTÕES, você recebeu o CARTÃO-RESPOSTA.
- 3 É necessário conferir se a prova está completa e sem falhas, bem como se o seu nome e seu número de inscrição conferem com os dados contidos no CARTÃO-RESPOSTA. **Caso exista algum problema, comunique-o imediatamente ao fiscal de sala.**
- 4 Após a conferência, assine seu nome no espaço próprio do CARTÃO-RESPOSTA.
- 5 A marcação do CARTÃO-RESPOSTA deve ser feita com **caneta esferográfica de tinta preta ou azul.**
- 6 O CARTÃO-RESPOSTA não pode ser dobrado, amassado, rasurado, manchado ou danificado de qualquer modo. Não é permitida a utilização de qualquer espécie de corretivo. O Cartão-Resposta somente será substituído caso contenha falha de impressão e/ou se os dados contidos no cartão não corresponderem aos seus.
- 7 O CARTÃO-RESPOSTA será o único documento considerado para a correção.
- 8 Quando terminar a prova, devolva ao fiscal de sala todo o material relacionado no item 2 acima e assine a LISTA DE PRESENÇA. A assinatura do seu nome deve corresponder àquela que consta no seu documento de identificação. Após as 18h você poderá levar este BOLETIM DE QUESTÕES.
- 9 O tempo disponível para a prova é de **quatro horas**, com início às 14h30min e término às 18h30min, observado o horário de Belém-PA. O candidato na condição de PcD que solicitou tempo adicional tem direito 1 (uma) hora além do tempo determinado para a prova.
- 10 Reserve os 30 minutos finais para marcar seu CARTÃO-RESPOSTA. Os rascunhos e as marcações assinaladas no BOLETIM DE QUESTÕES não serão considerados na avaliação.



MARQUE A ÚNICA ALTERNATIVA CORRETA NAS QUESTÕES DE 1 A 50.

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia atentamente o texto **Na pobreza e na riqueza**, de José Luiz Fiorin, para responder às questões de 1 a 10.

Na pobreza e na riqueza
Crenças e preconceitos baseiam associações como
“se é caro, é bom” e “se é simples, é do povo”

01 No trecho que segue, apela-se para um valor como forma de argumentar: “Ele é pobre e sofreu
02 muito na vida; se ele diz que a situação econômica do país é boa, temos de levar em conta seu ponto de
03 vista.”

04 Nesse caso, temos o que se chama *argumentum ad lazarum* (argumento em que se apela para a
05 pobreza). O ponto de vista de alguém deve ser considerado, porque ele é pobre. É o argumento em que a
06 veracidade da tese que se defende está fundada na pobreza de quem a enuncia. Isso significa que o valor
07 em que se baseia esse argumento é o de que os pobres são mais sábios, mais sensatos e mais virtuosos do
08 que os ricos.

09 O nome desse raciocínio, *argumentum ad lazarum*, vem da parábola do pobre Lázaro (Lucas 16: 19-
10 31), que narra a história do mendigo, de nome Lázaro, que, coberto de chagas, ficava à porta de um homem
11 rico, querendo matar a fome com as migalhas que caíam de sua mesa. Ambos morreram e o pobre foi
12 levado ao “seio de Abraão”, enquanto o rico padecia muitos tormentos na morada dos mortos. Este pede a
13 Abraão que permita que Lázaro molhe a ponta de um dedo para refrescar-lhe a língua. Abraão diz que a
14 situação entre eles se inverteu e o rico, que na vida só teve gozos, agora padece e que o pobre não poderá
15 fazer nada por ele. Lázaro é uma antonomásia, um tipo de sinédoque, para designar “pobre”.

16 São argumentos *ad lazarum* os que fundamentam a defesa de um ponto de vista no fato de que
17 aquele que argumenta “não busca ganhos materiais”, “é um simples e honesto homem do povo” etc.

18 Esse raciocínio tem um poder argumentativo muito forte, pois, afinal, todas as principais religiões
19 consideram a pobreza um valor positivo. Por exemplo, em Mateus 19, 24, encontra-se este passo:

20 “É mais fácil passar um camelo pelo fundo de uma agulha do que um rico entrar no Reino dos Céus”.

21 [...]

22 O argumento contrário é chamado *argumentum ad crumenam* (argumento em que se apela para a
23 riqueza). A palavra latina *crumenam* significa “bolsa” e, por metonímia, designa o dinheiro nela guardado e,
24 portanto, a riqueza. É a afirmação em que se atribui veracidade a uma tese, porque quem argumenta é rico:

25 “Suas opiniões sobre a economia brasileira devem estar corretas, porque ele está milionário.”

26 A força do argumento *ad crumenam* está também radicada em crenças e preconceitos
27 profundamente arraigados na sociedade. Certos ramos do cristianismo sempre julgaram a riqueza um sinal
28 de proteção divina. O voto censitário, que vigorou no Brasil durante todo o período imperial, é aquele em que
29 se concede o direito de votar apenas a pessoas que tenham determinada renda, porque só elas são
30 consideradas capazes de opinar nos negócios públicos.

31 [...]

32 Quando se faz o contrário, louvando os ricos e recriminando os pobres ou elogiando um produto,
33 porque é caro, estar-se-ia usando argumentos *ad crumenam*. O Marquês de Maricá, em muitas de suas
34 máximas, considera que os ricos são ricos porque têm méritos, e que os pobres são pobres porque não os
35 têm.

36 “A pobreza e a preguiça andam sempre em companhia.”

37 “O pobre preguiçoso murmura do rico laborioso.”

38 “Com juízo, trabalho, inteligência e economia, é pobre quem não quer ser rico.”

39 “Homens há que parecem acusar a sociedade da sua pobreza, não refletindo que a devem
40 ordinariamente aos seus vícios, ignorância, fatuidade e inflexibilidade de caráter.”

41 [...]

42 Pode-se alargar ainda mais o conceito de argumento *ad lazarum* e *ad crumenam* para tudo, cujo
43 valor reside, respectivamente, no menos ou no mais:

44 “Restaurante com fila na porta é bom. ‘Fila atrai fila’.” (Veja, 12/11/2014, p. 99)

José Luiz Fiorin. Revista Língua, Abril de 2015, p. 20-22

1 Em **Na pobreza e na riqueza**, José Luiz Fiorin

- (A) defende a tese de que os pobres são melhores do que os ricos.
- (B) argumenta em favor da ideia de que os ricos são superiores aos pobres.
- (C) expressa uma visão realista do relacionamento entre pessoas ricas e pobres.
- (D) não faz juízo de valor com relação aos argumentos *ad lazarum* e *ad crumenam*.
- (E) é sarcástico com aqueles que utilizam argumentos *ad lazarum* e *ad crumenam*.



- 2 De acordo com o autor,
- (A) a sociedade valoriza mais argumentos **ad lazarum** do que argumentos **ad crumenam**.
 - (B) valores religiosos podem sustentar tanto argumentos **ad lazarum** quanto **ad crumenam**.
 - (C) as pessoas ricas sempre gozam de privilégios em razão de sua condição socioeconômica.
 - (D) a riqueza de uns pode atrair, injustamente, a inveja e a maledicência de outros.
 - (E) as opiniões pessoais influenciam o julgamento de valores por parte da sociedade.
- 3 Para Fiorin, “*Ele é pobre e sofreu muito na vida; se ele diz que a situação econômica do país é boa, temos de levar em conta seu ponto de vista.*” (linhas 01 a 03) é exemplo de **argumentum ad lazarum** porque
- (A) se sabe que a opinião dos pobres tem maior valor.
 - (B) a pobreza é vista pela sociedade como uma virtude.
 - (C) os pobres são mais sábios e sensatos do que os ricos.
 - (D) a sensatez é vista como uma qualidade dos pobres.
 - (E) se acredita que os pobres são mais desinteressados.
- 4 Em *Este pede a Abraão que permita que Lázaro molhe a ponta de um dedo para refrescar-lhe a língua* (linhas 12 e 13), o pronome **lhe** refere-se
- (A) ao homem rico.
 - (B) a Lázaro.
 - (C) a Abraão.
 - (D) ao homem pobre.
 - (E) a Lucas.
- 5 A ordem inversa foi empregada em
- (A) “*Ele é pobre e sofreu muito na vida; se ele diz que a situação econômica do país é boa, temos de levar em conta seu ponto de vista.*” (linhas 01 a 03)
 - (B) *Este pede a Abraão que permita que Lázaro molhe a ponta de um dedo para refrescar-lhe a língua.* (linhas 12 e 13)
 - (C) São argumentos **ad lazarum** os que fundamentam a defesa de um ponto de vista no fato de que aquele que argumenta “*não busca ganhos materiais*”, “*é um simples e honesto homem do povo*” etc. (linhas 16 e 17)
 - (D) O Marquês de Maricá, em muitas de suas máximas, considera que os ricos são ricos porque têm méritos, e que os pobres são pobres porque não os têm. (linhas 33 a 35)
 - (E) “*Homens há que parecem acusar a sociedade da sua pobreza, não refletindo que a devem ordinariamente aos seus vícios, ignorância, fatuidade e inflexibilidade de caráter.*” (linhas 39 e 40)
- 6 As aspas foram empregadas para destacar o sentido conotativo em
- (A) *Ambos morreram e o pobre foi levado ao “seio de Abraão”, enquanto o rico padecia muitos tormentos na morada dos mortos.* (linhas 11 e 12)
 - (B) *Lázaro é uma antonomásia, um tipo de sinédoque, para designar “pobre”.* (linha 15)
 - (C) São argumentos **ad lazarum** os que fundamentam a defesa de um ponto de vista no fato de que aquele que argumenta “*não busca ganhos materiais*”, “*é um simples e honesto homem do povo*” etc. (linhas 16 e 17)
 - (D) A palavra latina **crumenam** significa “*bolsa*” e, por metonímia, designa o dinheiro nela guardado e, portanto, a riqueza. (linhas 23 e 24)
 - (E) “*Restaurante com fila na porta é bom. ‘Fila atrai fila’.*” (linha 44)
- 7 No trecho *Esse raciocínio tem um poder argumentativo muito forte, pois, afinal, todas as principais religiões consideram a pobreza um valor positivo. Por exemplo, em Mateus 19, 24, encontra-se este passo: “É mais fácil passar um camelo pelo fundo de uma agulha do que um rico entrar no Reino dos Céus.”* (linhas 18 a 20), a palavra **passo** significa
- (A) movimento.
 - (B) resolução.
 - (C) pensamento.
 - (D) medida.
 - (E) negócio.



- 8 Em *“Homens há que parecem acusar a sociedade da sua pobreza, não refletindo que a devem ordinariamente aos seus vícios, ignorância, fatuidade e inflexibilidade de caráter.”* (linhas 39 e 40), sem causar alteração no significado do enunciado, o advérbio *ordinariamente* poderia ser substituído por
- (A) simplesmente.
 - (B) geralmente.
 - (C) certamente.
 - (D) meramente.
 - (E) efetivamente.
- 9 Sem causar prejuízo ao significado do enunciado, a palavra *porque* poderia ser suprimida em
- (A) *O ponto de vista de alguém deve ser considerado, porque ele é pobre.* (linha 05)
 - (B) *É a afirmação em que se atribui veracidade a uma tese, porque quem argumenta é rico:* (linha 24)
 - (C) *“Suas opiniões sobre a economia brasileira devem estar corretas, porque ele está milionário”.* (linha 25)
 - (D) *Louvando os ricos e recriminando os pobres ou elogiando um produto, porque é caro, estar-se-ia usando argumentos **ad crumenam**.* (linhas 32 e 33)
 - (E) *O Marquês de Maricá, em muitas de suas máximas, considera que os ricos são ricos porque têm méritos, e que os pobres são pobres porque não os têm.* (linhas 33 a 35)
- 10 Para enfatizar uma ideia, a vírgula poderia dar lugar a um ponto em
- (A) *“... se ele diz que a situação econômica do país é boa, temos de levar em conta seu ponto de vista.”* (linhas 02 e 03)
 - (B) *Isso significa que o valor em que se baseia esse argumento é o de que os pobres são mais sábios, mais sensatos e mais virtuosos do que os ricos.* (linhas 06 a 08)
 - (C) *Ambos morreram e o pobre foi levado ao “seio de Abraão”, enquanto o rico padecia muitos tormentos na morada dos mortos.* (linhas 11 e 12)
 - (D) *É a afirmação em que se atribui veracidade a uma tese, porque quem argumenta é rico:* (linha 24)
 - (E) *O Marquês de Maricá (...) considera que os ricos são ricos porque têm méritos, e que os pobres são pobres porque não os têm.* (linhas 33 a 35)

LEGISLAÇÃO

- 11 De acordo com o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais, Lei nº 8.112/90 e suas alterações, as formas de provimento de cargo público são:
- (A) Nomeação; readaptação; reversão; aproveitamento; reintegração e recondução.
 - (B) Nomeação; promoção; readaptação; reversão; aproveitamento; reintegração e recondução.
 - (C) Nomeação; promoção; readaptação; reversão; reintegração e recondução.
 - (D) Nomeação; promoção; readaptação; reversão; aproveitamento e recondução.
 - (E) Nomeação; promoção; readaptação; reversão; aproveitamento e reintegração.
- 12 Preceitua o Decreto nº 5.825/2006 as diretrizes para elaboração do Plano de Desenvolvimento dos Integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, instituído pela Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, e deverá contemplar
- (A) a função estratégica do ocupante da carreira dentro da IFE; a apropriação do processo de trabalho pelos ocupantes da carreira, inserindo-os como sujeitos no planejamento institucional; e o aprimoramento do processo de trabalho, transformando-o em conhecimento coletivo e de domínio público; e Programa de Avaliação de Desempenho.
 - (B) a construção coletiva de soluções para as questões institucionais; a reflexão crítica dos ocupantes da carreira acerca de seu desempenho em relação aos objetivos institucionais; e Programa de Capacitação e Aperfeiçoamento.
 - (C) dimensionamento das necessidades institucionais de pessoal, com definição de modelos de alocação de vagas que contemple a realidade da instituição; Programa de Capacitação e Aperfeiçoamento; e Programa de Avaliação de Desempenho.
 - (D) a administração de pessoal como uma atividade a ser realizada pelo órgão de gestão de pessoas e as demais unidades da administração das IFEs; a identificação de necessidade de pessoal, inclusive remanejamento, readaptação e redistribuição da força de trabalho de cada unidade organizacional; e Programa de capacitação e aperfeiçoamento.
 - (E) as condições institucionais para capacitação e avaliação que tornem viáveis a melhoria da qualidade na prestação de serviços, no cumprimento dos objetivos institucionais, o desenvolvimento das potencialidades dos ocupantes da carreira e sua realização profissional como cidadãos; a integração entre ambientes organizacionais e as diferentes áreas do conhecimento; e Programa de Avaliação de Desempenho.



- 13 O processo disciplinar é o instrumento destinado a apurar responsabilidade de servidor por infração praticada no exercício de suas atribuições, ou que tenha relação com as atribuições do cargo em que se encontre investido e será conduzido por comissão composta de
- (A) três servidores estáveis designados pela autoridade competente, que indicará, dentre eles, o seu presidente, que deverá ser ocupante de cargo efetivo superior ou de mesmo nível, ou ter nível de escolaridade igual ou superior ao do indiciado; a Comissão terá como secretário servidor designado pelo seu presidente, podendo a indicação recair em um de seus membros; não poderá participar de comissão de sindicância ou de inquérito cônjuge, companheiro ou parente do acusado, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau.
 - (B) três servidores não obrigatoriamente estáveis designados pela autoridade competente, que indicará, dentre eles, o seu presidente, que deverá ser ocupante de cargo efetivo superior ou de mesmo nível, ou ter nível de escolaridade igual ou superior ao do indiciado; a Comissão terá como secretário servidor designado pelo seu presidente, podendo a indicação recair em um de seus membros; não poderá participar de comissão de sindicância ou de inquérito cônjuge, companheiro ou parente do acusado, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau.
 - (C) dois servidores estáveis designados pela autoridade competente, que indicará, dentre eles, o seu presidente, que deverá ser ocupante de cargo efetivo não obrigatoriamente superior ou de mesmo nível, ou não obrigatoriamente ter nível de escolaridade igual ou superior ao do indiciado; a Comissão terá como secretário servidor designado pelo seu presidente, podendo a indicação recair em um de seus membros; não poderá participar de comissão de sindicância ou de inquérito cônjuge, companheiro ou parente do acusado, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau.
 - (D) três servidores estáveis designados pela autoridade competente, que indicará, dentre eles, o seu presidente, que deverá ser ocupante de cargo efetivo superior ou de mesmo nível, ou ter nível de escolaridade igual ou superior ao do indiciado; a Comissão terá como secretário servidor designado pelo seu presidente, podendo a indicação recair em um de seus membros; poderá participar de comissão de sindicância ou de inquérito cônjuge, companheiro ou parente do acusado, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau.
 - (E) dois servidores não obrigatoriamente estáveis designados pela autoridade competente, cujo presidente será escolhido por meio de sorteio entre os servidores da comissão; a Comissão terá como secretário servidor designado pelo seu presidente, podendo a indicação recair em um de seus membros; não poderá participar de comissão de sindicância ou de inquérito cônjuge, companheiro ou parente do acusado, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau.
- 14 Dentre outras proibições ao servidor regido pela Lei nº 8.112/90 e suas alterações (Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais), citam-se:
- (A) Ausentar-se do serviço durante o expediente, sem prévia autorização do chefe imediato; retirar, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição; recusar fé a documentos públicos; manter sob sua chefia imediata, em cargo ou função de confiança, cônjuge, companheiro ou parente até o segundo grau civil; proceder de forma desidiosa; zelar pela economia do material e pela conservação do patrimônio público.
 - (B) Retirar, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição; cumprir as ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais; recusar fé a documentos públicos; manter sob sua chefia imediata, em cargo ou função de confiança, cônjuge, companheiro ou parente até o segundo grau civil; valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública; proceder de forma desidiosa.
 - (C) Ausentar-se do serviço durante o expediente, sem prévia autorização do chefe imediato; retirar, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição; recusar fé a documentos públicos; manter sob sua chefia imediata, em cargo ou função de confiança, cônjuge, companheiro ou parente até o segundo grau civil; valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública; proceder de forma desidiosa.
 - (D) Ausentar-se do serviço durante o expediente, sem prévia autorização do chefe imediato; representar contra ilegalidade, omissão ou abuso de poder; recusar fé a documentos públicos; manter sob sua chefia imediata, em cargo ou função de confiança, cônjuge, companheiro ou parente até o segundo grau civil; valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública; proceder de forma desidiosa.
 - (E) Ausentar-se do serviço durante o expediente, sem prévia autorização do chefe imediato; retirar, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição; recusar fé a documentos públicos; manter conduta compatível com a moralidade administrativa; valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública; proceder de forma desidiosa.



- 15 Em conformidade com o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal (Decreto nº 1.171/94), são deveres fundamentais, dentre outros, do servidor público:
- (A) Desempenhar, a tempo, as atribuições do cargo, função ou emprego público de que seja titular; ser probo, reto, leal e justo, demonstrando toda a integridade do seu caráter, escolhendo sempre, quando estiver diante de duas opções, a melhor e a mais vantajosa para o bem comum; cometer a pessoas estranha à repartição, fora dos casos previstos em lei, o desempenho de atribuição que seja de sua responsabilidade ou de seu subordinado; ser assíduo e frequente ao serviço, na certeza de que sua ausência provoca danos ao trabalho ordenado, refletindo negativamente em todo o sistema.
 - (B) Ser probo, reto, leal e justo, demonstrando toda a integridade do seu caráter, escolhendo sempre, quando estiver diante de duas opções, a melhor e a mais vantajosa para o bem comum; jamais retardar qualquer prestação de contas, condição essencial da gestão dos bens, direitos e serviços da coletividade a seu cargo; ser assíduo e frequente ao serviço, na certeza de que sua ausência provoca danos ao trabalho ordenado, refletindo negativamente em todo o sistema; opor resistência injustificada ao andamento de documento e processo ou execução de serviço.
 - (C) Desempenhar, a tempo, as atribuições do cargo, função ou emprego público de que seja titular; jamais retardar qualquer prestação de contas, condição essencial da gestão dos bens, direitos e serviços da coletividade a seu cargo; coagir ou aliciar subordinados no sentido de filiareem-se a associação profissional ou sindical, ou a partido político; ser assíduo e frequente ao serviço, na certeza de que sua ausência provoca danos ao trabalho ordenado, refletindo negativamente em todo o sistema.
 - (D) Desempenhar, a tempo, as atribuições do cargo, função ou emprego público de que seja titular; ser probo, reto, leal e justo, demonstrando toda a integridade do seu caráter, escolhendo sempre, quando estiver diante de duas opções, a melhor e a mais vantajosa para o bem comum; aceitar comissão, emprego ou pensão de estado estrangeiro; jamais retardar qualquer prestação de contas, condição essencial da gestão dos bens, direitos e serviços da coletividade a seu cargo.
 - (E) Desempenhar, a tempo, as atribuições do cargo, função ou emprego público de que seja titular; ser probo, reto, leal e justo, demonstrando toda a integridade do seu caráter, escolhendo sempre, quando estiver diante de duas opções, a melhor e a mais vantajosa para o bem comum; jamais retardar qualquer prestação de contas, condição essencial da gestão dos bens, direitos e serviços da coletividade a seu cargo; ser assíduo e frequente ao serviço, na certeza de que sua ausência provoca danos ao trabalho ordenado, refletindo negativamente em todo o sistema.
- 16 A Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, versa sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculados ao Ministério da Educação, e dá outras providências. Quanto à organização do quadro de pessoal, é correto afirmar:
- (A) Caberá à Instituição Federal de Ensino avaliar mensalmente a adequação do quadro de pessoal às suas necessidades, propondo ao Ministério da Cultura o seu redimensionamento, consideradas, entre outras, as seguintes variáveis: demandas institucionais; proporção entre os quantitativos da força de trabalho do Plano de Carreira e usuários; inovações tecnológicas; e modernização dos processos de trabalho no âmbito da Instituição.
 - (B) Caberá à Instituição Federal de Ensino avaliar bimestralmente a adequação do quadro de pessoal às suas necessidades, propondo ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação o seu redimensionamento, consideradas, entre outras, as seguintes variáveis: demandas institucionais; proporção entre os quantitativos da força de trabalho do Plano de Carreira e usuários; inovações tecnológicas; e modernização dos processos de trabalho no âmbito da Instituição.
 - (C) Caberá à Instituição Federal de Ensino avaliar trimestralmente a adequação do quadro de pessoal às suas necessidades, propondo ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão o seu redimensionamento, consideradas, entre outras, as seguintes variáveis: demandas institucionais; proporção entre os quantitativos da força de trabalho do Plano de Carreira e usuários; inovações tecnológicas; e modernização dos processos de trabalho no âmbito da Instituição.
 - (D) Caberá à Instituição Federal de Ensino avaliar anualmente a adequação do quadro de pessoal às suas necessidades, propondo ao Ministério da Educação, se for o caso, o seu redimensionamento, consideradas, entre outras, as seguintes variáveis: demandas institucionais; proporção entre os quantitativos da força de trabalho do Plano de Carreira e usuários; inovações tecnológicas; e modernização dos processos de trabalho no âmbito da Instituição.
 - (E) Caberá à Instituição Federal de Ensino avaliar semestralmente a adequação do quadro de pessoal às suas necessidades, propondo ao Ministro-Chefe da Casa Civil da Presidência da República o seu redimensionamento, consideradas, entre outras, as seguintes variáveis: demandas institucionais; proporção entre os quantitativos da força de trabalho do Plano de Carreira e usuários; inovações tecnológicas; e modernização dos processos de trabalho no âmbito da Instituição.



- 17 O Decreto nº 5.378/2005 instituiu o Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização – GESPÚBLICA e o Comitê Gestor do Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização, e dá outras providências. Ao Comitê Gestor compete
- (A) apresentar trimestralmente proposta ao Ministro de Estado da Educação o planejamento estratégico do GESPÚBLICA; articular-se para a identificação de mecanismos que possibilitem a obtenção de recursos e demais meios para a execução das ações do GESPÚBLICA; constituir comissões setoriais e regionais, com a finalidade de descentralizar a gestão do GESPÚBLICA; monitorar, avaliar e divulgar os resultados do GESPÚBLICA; certificar a validação dos resultados da autoavaliação dos órgãos e entidades participantes do GESPÚBLICA; e reconhecer e premiar os órgãos e entidades da administração pública, participantes do GESPÚBLICA, que demonstrem qualidade em gestão, medida pelos resultados institucionais obtidos.
 - (B) oferecer bimestralmente proposta ao Ministro de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação o planejamento estratégico do GESPÚBLICA; articular-se para a identificação de mecanismos que possibilitem a obtenção de recursos e demais meios para a execução das ações do GESPÚBLICA; constituir comissões setoriais e regionais, com a finalidade de descentralizar a gestão do GESPÚBLICA; monitorar, avaliar e divulgar os resultados do GESPÚBLICA; certificar a validação dos resultados da autoavaliação dos órgãos e entidades participantes do GESPÚBLICA; e reconhecer e premiar os órgãos e entidades da administração pública, participantes do GESPÚBLICA, que demonstrem qualidade em gestão, medida pelos resultados institucionais obtidos.
 - (C) avarar semestralmente, junto à Secretária-Geral da Presidência da República, o planejamento estratégico do GESPÚBLICA; articular-se para a identificação de mecanismos que possibilitem a obtenção de recursos e demais meios para a execução das ações do GESPÚBLICA; constituir comissões setoriais e regionais, com a finalidade de descentralizar a gestão do GESPÚBLICA; monitorar, avaliar e divulgar os resultados do GESPÚBLICA; certificar a validação dos resultados da autoavaliação dos órgãos e entidades participantes do GESPÚBLICA; e reconhecer e premiar os órgãos e entidades da administração pública, participantes do GESPÚBLICA, que demonstrem qualidade em gestão, medida pelos resultados institucionais obtidos.
 - (D) propor ao Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão o planejamento estratégico do GESPÚBLICA; articular-se para a identificação de mecanismos que possibilitem a obtenção de recursos e demais meios para a execução das ações do GESPÚBLICA; constituir comissões setoriais e regionais, com a finalidade de descentralizar a gestão do GESPÚBLICA; monitorar, avaliar e divulgar os resultados do GESPÚBLICA; certificar a validação dos resultados da autoavaliação dos órgãos e entidades participantes do GESPÚBLICA; e reconhecer e premiar os órgãos e entidades da administração pública, participantes do GESPÚBLICA, que demonstrem qualidade em gestão, medida pelos resultados institucionais obtidos.
 - (E) colocar anualmente diante da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, o planejamento estratégico do GESPÚBLICA; articular-se para a identificação de mecanismos que possibilitem a obtenção de recursos e demais meios para a execução das ações do GESPÚBLICA; constituir comissões setoriais e regionais, com a finalidade de descentralizar a gestão do GESPÚBLICA; monitorar, avaliar e divulgar os resultados do GESPÚBLICA; certificar a validação dos resultados da autoavaliação dos órgãos e entidades participantes do GESPÚBLICA; e reconhecer e premiar os órgãos e entidades da administração pública, participantes do GESPÚBLICA, que demonstrem qualidade em gestão, medida pelos resultados institucionais obtidos.
- 18 Em conformidade com o Estatuto da Universidade Federal do Pará, publicado no DOU de 12 de julho de 2006, os Conselhos Superiores são órgãos de consulta, de deliberação e de recursos no âmbito da UFPA. São Conselhos Superiores:
- (A) O Conselho Universitário – CONSUN; o Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE; as Pró-Reitorias.
 - (B) O Conselho Universitário – CONSUN; o Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE; o Conselho Superior de Administração – CONSAD.
 - (C) O Conselho Universitário – CONSUN; o Conselho Superior de Administração – CONSAD; as Coordenadorias dos *Campi*.
 - (D) O Conselho Universitário – CONSUN; o Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE; as Diretorias de Unidades Acadêmicas, incluídas as Especiais.
 - (E) O Conselho Universitário – CONSUN; o Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE; as Diretorias e Coordenadorias de Subunidades Acadêmicas.



- 19 O Decreto nº 5.707/2006 instituiu a Política de Desenvolvimento de Pessoal a ser implementada pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e regulamentou dispositivos da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. São Instrumentos da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal:
- (A) Plano anual de capacitação.
 - (B) Relatório de execução do plano anual de capacitação.
 - (C) Plano trimestral de capacitação; e relatório de execução do plano trimestral de capacitação.
 - (D) Plano semestral de capacitação; relatório de execução do plano semestral de capacitação; e sistema de gestão por competência.
 - (E) Plano anual de capacitação; relatório de execução do plano anual de capacitação; e sistema de gestão por competência.
- 20 O conjunto Missão, Visão e Princípios da UFPA representa sua identidade institucional, facilitando e promovendo a convergência dos esforços humanos, materiais e financeiros, constituindo-se em um conjunto de macrobalizadores que regem e inspiram a conduta e os rumos da Instituição em direção ao cumprimento do seu PDI. A tríade serve de guia para os comportamentos, as atitudes e as decisões de todas as pessoas, que, no exercício das suas responsabilidades e na busca dos seus objetivos, estejam executando a Missão, na direção da Visão, tendo como referência os princípios institucionais. Os Princípios do PDI da UFPA contêm
- (A) promover a universalização do conhecimento; o respeito à ética e à diversidade étnica, cultural e biológico; o pluralismo de ideias e de pensamento; o ensino público e gratuito; a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; a flexibilidade de métodos, critérios e procedimentos acadêmicos; a excelência acadêmica; a defesa dos direitos humanos e a preservação do meio ambiente.
 - (B) produzir, socializar e transformar o conhecimento na Amazônia para a formação de cidadãos capazes de promover a construção de uma sociedade sustentável; ser referência nacional e internacional como universidade *multicampi* integrada à sociedade e centro de excelência na produção acadêmica, científica, tecnológica e cultural.
 - (C) ser referência nacional e internacional como universidade *multicampi* integrada à sociedade e centro de excelência na produção acadêmica, científica, tecnológica e cultural; a defesa dos direitos humanos e a preservação do meio ambiente; o respeito à ética e à diversidade étnica, cultural e biológico.
 - (D) produzir, socializar e transformar o conhecimento na Amazônia para a formação de cidadãos capazes de promover a construção de uma sociedade sustentável; a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; a flexibilidade de métodos, critérios e procedimentos acadêmicos.
 - (E) ser referência nacional e internacional como universidade *multicampi* integrada à sociedade e centro de excelência na produção acadêmica, científica, tecnológica e cultural; o ensino público e gratuito; o pluralismo de ideias e de pensamento.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

- 21 Apesar das contribuições das Teorias da Reprodução Social, estas não foram capazes de desenvolver uma teoria da escolarização que unisse a estrutura social e a ação humana. Indique as três Teorias da Reprodução Social:
- (A) Teorias dos Sistemas, Teoria Culturalista e Teoria da Escola de Frankfurt.
 - (B) Teoria da Escola Dualista, Teoria da Escola como Aparelho Ideológico do Estado e Teoria da Correspondência.
 - (C) Teoria da Escola de Frankfurt, Teoria Escolanovista e Teorias Sociais da Educação.
 - (D) Teoria Neogramsciana, Teoria da Escola Dualista e Teorias Críticas.
 - (E) Teorias da Resistência, Teoria Culturalista e Teorias Funcionalistas.
- 22 Indique os pressupostos da Pedagogia Progressista:
- (A) A motivação é resultado da adequação pessoal visando à autorrealização.
 - (B) Aprender é uma questão de preparação e modificação do desempenho.
 - (C) A escola deve suprir os alunos com experiências significativas.
 - (D) A análise crítica da realidade social e a crença na mudança sociopolítica por meio da educação crítica.
 - (E) Ensinar é repassar conhecimentos significativos para crianças e jovens.



- 23 Um dos pilares do pensamento de Vygotsky é
- (A) a relação homem-mundo é mediada por sistemas simbólicos.
 - (B) a educação deve acentuar o ensino humanístico.
 - (C) a realidade contém suas próprias leis.
 - (D) a relação homem-mundo é centrada na auto realização.
 - (E) a realidade leva à autodescoberta e induz ao autoconhecimento.
- 24 O artigo 4º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96 trata do dever do Estado para com a escola pública e garante obrigatoriedade e gratuidade para o ensino fundamental. A crítica ao teor deste artigo diz respeito ao fato de
- (A) a LDB 9394/96 não garantir o antigo esquema *três mais um* no Ensino Médio.
 - (B) a LDB 9394/96 não mencionar o estágio obrigatório para o Ensino Médio.
 - (C) a LDB 9394/96 não garantir formação integral no Ensino Médio.
 - (D) a LDB 9394/96 não garantir o dever dos pais e responsáveis no que diz respeito ao Ensino Médio.
 - (E) a LDB 9394/96 não garantir obrigatoriedade de cursar o Ensino Médio.
- 25 A LDB 9394/96 fixa diretrizes e bases para a educação nacional e trata da organização e da estrutura de todos os níveis de ensino. A lei define o Sistema Nacional de Educação brasileiro como
- (A) ancorado em um regime de colaboração entre estados e municípios.
 - (B) articulado pelos três sistemas de ensino público.
 - (C) não explicita a construção orgânica de um Sistema Nacional de Educação.
 - (D) articulado por fóruns estaduais.
 - (E) normatizado pela União após avaliação decenal.
- 26 A escola tem sido analisada por duas modalidades de abordagens: a sociopolítica e a pedagógico-organizacional. A dissociação entre estas abordagens tem como consequência
- (A) a disfunção administrativo-pedagógica.
 - (B) percepções dicotomizadas da escola, em que a visão sociopolítica ignora as peculiaridades pedagógicas e a visão pedagógico-organizacional ignorara os determinantes sociopolíticos.
 - (C) a minimização dos esforços para organizar o trabalho pedagógico de modo coletivo.
 - (D) a não participação da comunidade escolar como condição para a consolidação da gestão democrática.
 - (E) a superação dos *especialismos* no interior da escola pública.
- 27 O modelo de produção fordista entrou em crise durante os anos de 1970 e impulsionou a reestruturação econômica pós-fordista, que impactou a organização do trabalho, com efeitos diretos na educação brasileira. Entre estes efeitos estão os recentes objetivos de formação humana para a educação básica, que são
- (A) formar trabalhadores críticos para a *sociedade do conhecimento*.
 - (B) formar trabalhadores que aprendam a aprender para a sociedade planificada.
 - (C) formar trabalhadores flexíveis, polivalentes e criativos, conforme a lógica do capital.
 - (D) formar trabalhadores autônomos para o Estado de bem-estar social.
 - (E) formar trabalhadores na perspectiva da omnilateralidade.
- 28 O Plano Nacional de Educação (2014-2024) define vinte metas que visam a garantia do direito à Educação Básica com Qualidade. Uma destas metas é
- (A) elevar as taxas de alfabetização até 2018.
 - (B) alfabetizar todas as crianças no 2º. ano do ensino fundamental.
 - (C) universalizar a alfabetização até 2020.
 - (D) alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º ano do ensino fundamental.
 - (E) oferecer alfabetização em tempo integral até 2018.



- 29 No Governo Fernando Henrique Cardoso, ocorreu um alinhamento do Brasil às concepções educacionais do Banco Mundial. No governo Lula, houve uma ruptura com a orientação dominante do Banco Mundial para a educação, com a implantação do
- (A) FNDEB – Fundo Nacional Direto na Escola Básica.
 - (B) FUNDEF – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de valorização do Magistério.
 - (C) FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e valorização dos Profissionais da Educação.
 - (D) FNDE – Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação.
 - (E) PDE – Plano de Desenvolvimento da Escola.
- 30 Uma das críticas aos exames nacionais que, nos últimos anos, ganharam centralidade como instrumentos de avaliação do padrão de qualidade da oferta, é
- (A) a de que são fluidos e primam pela experiência do aluno.
 - (B) a de que a organização nacional dos exames tem gerado muitos problemas.
 - (C) a de que forçam os estudantes a aprender por meio do treino e da repetição.
 - (D) a de que seu conteúdo não obedece a uma organização lógica.
 - (E) a de que servem como mecanismo de *ranking* entre as instituições educacionais.
- 31 O advento da modernidade transformou a universidade, redefinindo seu perfil como instituição de ensino. O perfil moderno da universidade é expresso pelo/pela
- (A) ênfase na diferença e na ultrapassagem de fronteiras teóricas.
 - (B) centralidade do sujeito, a racionalidade científica, e a crença no progresso.
 - (C) centralidade da não-linearidade da História e a diluição do espaço-tempo.
 - (D) indiferença à burocracia universitária e a ênfase na pesquisa.
 - (E) empoderamento dos estudantes e a deliberação colegiada.
- 32 A universidade moderna constitui-se em
- (A) ambiente acadêmico com posições teórico-práticas unitárias.
 - (B) espaço privilegiado da sociedade ocidental com predomínio da racionalidade teológica.
 - (C) centro de educação especializada que estabeleceu ruptura com a pré-universidade.
 - (D) instituição aberta, democrática e levemente normativa.
 - (E) centro de pesquisa e de produção do conhecimento, que precisa ser amplamente divulgado por meio do ensino e da extensão.
- 33 A crise de hegemonia da universidade no século XXI é causada, entre outros aspectos, pela chamada crítica pós-moderna, que
- (A) aceita a linearidade da história, a verdade universal, o sujeito centrado e a razão científica.
 - (B) defende as metanarrativas, a teleologia e o fundacionalismo.
 - (C) nega a verdade universal e afirma que a razão científica não resolveu os problemas sociais.
 - (D) afirma que a racionalidade científica desconstrói os pilares que sustentam a modernidade.
 - (E) afirma as metanarrativas como indispensáveis à edificação da universidade no ocidente.
- 34 O Estatuto da UFPA tem como princípios
- (A) a universalização do conhecimento, o ensino público e gratuito, e a excelência acadêmica.
 - (B) a universalização do conhecimento nas Escolas de Aplicação e nos Núcleos de pesquisa.
 - (C) o ensino público parcialmente gratuito e a excelência acadêmica.
 - (D) a universalização do conhecimento nas faculdades integradas e institutos.
 - (E) a excelência acadêmica nos cursos de graduação voltados para a formação na área de Ciência e Tecnologia.
- 35 O documento em que constam as ações de pesquisa e extensão da Universidade Federal do Pará é o
- (A) PPC – Projeto Pedagógico de Curso.
 - (B) PDI – Projeto de Desenvolvimento Institucional.
 - (C) Estatuto da UFPA.
 - (D) PDU – Plano de Desenvolvimento Universitário.
 - (E) Regimento Geral da UFPA.



- 36 No PDI/2011-2015 da Universidade Federal do Pará, os planos e projetos de extensão têm relevância na medida em que
- (A) propiciam o desenvolvimento de ações formativas no espaço da universidade.
 - (B) propiciam o planejamento e o desenvolvimento de ações extensionistas na Universidade Multicampi.
 - (C) propiciam a produção do conhecimento por meio de ações extensionistas.
 - (D) propiciam o conhecimento da realidade social e cultural na qual a instituição está inserida, observando as demandas sociais a que precisa responder.
 - (E) propiciam o conhecimento da realidade cultural por meio de ações extensionistas realizadas em associações e entidades populares.
- 37 Em uma IFES – Instituição Federal de Ensino Superior –, a qualidade da pesquisa é atestada pela
- (A) apresentação de comunicações orais em eventos nacionais e internacionais.
 - (B) produtividade dos grupos de pesquisa, por sua crescente inserção internacional e pela integração em programas interinstitucionais de pesquisa.
 - (C) aprovação de relatórios parciais e finais com conceito excelente.
 - (D) publicação de livros reconhecidos internacionalmente.
 - (E) publicação de trabalhos em anais de eventos internacionais, bem avaliados pelo Qualis/Capes.
- 38 Em conformidade com o disposto na LDB 9394/96, entre as finalidades do ensino de graduação tem-se
- (A) preparar o aluno, por meio de formação integral e permanente, com vistas à atuação eficiente e eficaz no mercado de trabalho.
 - (B) aperfeiçoar e atualizar a *práxis* profissional e sociopolítica do estudante para a atuação cidadã.
 - (C) aperfeiçoar a formação pessoal e profissional para a integração do aluno no mercado de trabalho e na esfera pública em geral.
 - (D) capacitar o futuro profissional para aprender a aprender, prepará-lo para a crítica social e atuação no mercado de trabalho.
 - (E) aperfeiçoar a formação cultural do ser humano, capacitá-lo para o exercício de uma profissão, prepará-lo para o exercício da reflexão crítica e a participação na produção, sistematização e superação do saber.
- 39 Entre as principais ações de inclusão dos cursos de graduação da Universidade Federal do Pará, estão
- (A) a reserva de vagas para alunos provenientes de escolas privadas e confessionais.
 - (B) a criação de cursos de graduação para atender aos povos indígenas, quilombolas e à população ribeirinha.
 - (C) a adoção do sistema de cotas, a seleção diferenciada para indígenas para o ingresso na graduação e a reserva de vaga para portadores de necessidades especiais.
 - (D) a adoção do sistema de cotas para as classes populares, e para alunos com necessidades especiais, físicas e mentais.
 - (E) a adoção do sistema de cotas para alunos que tenham cursado o último ano do Ensino Médio em escola pública, bem como para aqueles que se encontram em situação de risco.
- 40 O Projeto Pedagógico de Curso de graduação trata
- (A) da formação especializada para continuar aprendendo.
 - (B) do domínio de técnicas exigidas pelo perfil do egresso.
 - (C) do currículo e do conjunto de experiências de ensino-aprendizagem e estágios necessários à formação do discente.
 - (D) do conhecimento das demandas dos níveis e das modalidades da educação básica.
 - (E) de normas e regulamentos da subunidade ao qual o curso está vinculado.
- 41 Na Universidade Federal do Pará, o órgão responsável pelo registro acadêmico é o
- (A) CIAC – Centro de Registros e Indicadores Acadêmicos.
 - (B) CTIC – Centro de Tecnologia, Informação e Comunicação.
 - (C) SIE – Sistema de Informação Estudantil.
 - (D) CRE – Coordenação de Rendimento Geral.
 - (E) CONSEPE – Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão.



- 4.2 Uma das finalidades do Plano Nacional de Pós-Graduação 2011-2020/Capes, para a formação em nível de pós-graduação *stricto sensu*, é
- (A) manter a média de matrícula nos programas de mestrado e doutorado sanduiche.
 - (B) aumentar significativamente o quantitativo de mulheres matriculadas.
 - (C) reduzir o tempo de permanência no doutorado para vinte e quatro meses, acelerando o desenvolvimento em ciência e tecnologia.
 - (D) extinguir a Diretoria de Educação Básica da Capes, em razão da pulverização das ações.
 - (E) sinalizar e estimular a entrada única no doutorado, incluindo o mestrado no doutorado, realidade em muitos países mundo afora.
- 4.3 O Decreto nº 5.563/2005 dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e considera agência(s) de fomento
- (A) o órgão de natureza pública responsável pelo financiamento de ações que promovam o avanço da ciência e da tecnologia.
 - (B) o órgão ou instituição de natureza pública ou privada que tenha entre os seus objetivos o financiamento de ações que visem a estimular e promover o desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da inovação.
 - (C) as instituições privadas, de direito público, que financiem integralmente as ações e os projetos que promovam o desenvolvimento e o avanço da ciência, da tecnologia e da inovação.
 - (D) órgãos públicos e privados que concedam bolsas de pesquisa a alunos de pós-graduação *lato sensu*.
 - (E) órgãos públicos e privados que financiem pesquisa exclusivamente em cooperação internacional.
- 4.4 A pesquisa é o núcleo central da pós-graduação *stricto sensu*, e o incentivo por meio de bolsas aos pesquisadores brasileiros é garantido, entre outras, por duas agências de fomento públicas que são
- (A) Fapesp – Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa e Capes – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.
 - (B) Sebrae – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas e Fundação Ford.
 - (C) Fundação Ayrton Senna e Sebrae – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas.
 - (D) Capes – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – e CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.
 - (E) CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e Fapesp – Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa.
- 4.5 Além das agências de fomento nacionais, a pós-graduação *stricto sensu* conta com o Programa de Cooperação Internacional da CAPES, que tem a finalidade de
- (A) apoiar estudantes de pós-graduação *lato sensu* em missão de pesquisa no exterior.
 - (B) apoiar os grupos de pesquisa por meio do intercâmbio internacional, buscando a excelência da pós-graduação brasileira.
 - (C) apoiar pesquisadores e alunos de Iniciação Científica por meio de incentivo à pesquisa em universidades no exterior.
 - (D) apoiar grupos de pesquisa com financiamento exclusivamente em missão de pesquisa na América Latina e Caribe.
 - (E) apoiar pesquisadores com notável reconhecimento em pesquisa nos países do Mercosul.
- 4.6 No contexto da Educação, a questão da diversidade cultural está colocada no sentido de
- (A) não opor igualdade e diferença, mas negar a padronização, lutar contra todas as formas de desigualdade e trabalhar pelo reconhecimento das diferenças.
 - (B) reconhecer que no Brasil vive-se em meio a um caldeirão cultural.
 - (C) realizar um importante trabalho educativo de acomodação das diferentes culturas.
 - (D) representar a diversidade cultural como um sério e profundo problema social.
 - (E) reconhecer que igualdade é o oposto da diferença.
- 4.7 Muito se tem falado sobre a relação entre direitos humanos e educação no Brasil e na América Latina. Neste sentido, direitos humanos refere-se a
- (A) um marco ético-político para ser usado como crítica e orientação às diferentes práticas sociais.
 - (B) uma orientação política para o acolhimento de pessoas exiladas.
 - (C) uma utopia pela felicidade humana no espaço público.
 - (D) uma ética que promove a democracia na América Latina e no Caribe.
 - (E) uma orientação jurídica que leva a uma sociedade planificada.



48 Uma das razões para se educar em direitos humanos é

- (A) reconhecer a importância da ONU no debate pelos direitos humanos.
- (B) implementar os objetivos do Plano Setorial em Direitos Humanos.
- (C) reconhecer os direitos humanos na sociedade do conhecimento.
- (D) formar para o exercício da cidadania e para a participação na democratização da sociedade.
- (E) levar à participação plena no Fórum Social Mundial.

49 Apesar da polissemia e dos muitos referenciais teóricos existentes, a educação em direitos humanos é definida como

- (A) um conjunto de atividades esporádicas no interior da sala de aula sobre temas em direitos humanos.
- (B) intensa realização de campanhas sobre direitos humanos.
- (C) um processo sistemático e multidimensional orientado para a formação de sujeitos de direitos e a formação da cidadania.
- (D) um processo de reflexão e debate sobre temas específicos em algumas disciplinas.
- (E) uma prática que leva a conhecer a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

50 Um dos desafios à efetivação da educação em direitos humanos é

- (A) realizar formação inicial e continuada dos educadores.
- (B) divulgar amplamente os direitos humanos nas mídias.
- (C) estabelecer um método próprio para esta modalidade de ensino.
- (D) aprovar um plano estadual de educação em direitos humanos.
- (E) incluir os direitos humanos entre as datas comemorativas do calendário escolar.